

# O impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados

**Maurício Michel Rebello**

Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil  
mmrebello@yahoo.com.br

**Gustavo Giora**

Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil  
gustavo.giora@uffs.edu.br

**Cláudio Júnior Damin**

Universidade Federal do Pampa  
superdamin@terra.com.br

## Introdução<sup>1</sup>

Em 2016, o Brasil viveu a sua maior crise política desde a redemocratização. Já no início do segundo mandato de Dilma Rousseff, seu governo perdeu a popularidade que a elegeu em outubro de 2014. A avaliação negativa (ruim/péssimo), segundo o Datafolha, em fevereiro de 2015, estava em 42%, mantendo uma média de 62% desde

---

1. Agradecemos imensamente às contribuições dos pareceristas, que foram de fundamental importância na melhora do artigo.

então<sup>2</sup>.

Depois de 13 anos no comando da Presidência da República, o Partido dos Trabalhadores (PT) entrou em atrito com várias forças políticas que outrora estavam, se não associadas, resignadas com a sua posição política. Assim, algumas camadas sociais foram às ruas, em várias partes do país, pedir o impeachment da presidente. Algumas instituições, tais como segmentos do Judiciário, Ministério Público Federal, Polícia Federal, Meios de Comunicação entraram em disputa com o governo federal, principalmente por meio da Operação Lava-Jato. Além destas organizações, outros atores sociais como o empresariado, os sindicatos, a OAB, também tiveram parte neste processo. Mesmo ressaltando a participação destes atores, o intuito deste artigo não recai sobre eles, e sim, sobre os partidos políticos e a Câmara de Deputados.

A relação do PT com outros partidos e atores políticos sempre foi alvo de muito debate na ciência política brasileira (Lamounier e Meneguello, 1986; Meneguello, 1989; Kinzo, 1993; Samuels, 2008; Ribeiro, 2009; Amaral, 2011). Até meados da década de 1990, o PT era avesso a coligações com outros partidos além do campo da esquerda (Krause e Godoi, 2010). A partir de 1997, no entanto, sua massificação foi aumentando, cujo ápice foi a eleição presidencial de 2002, na qual José Alencar, do PL, veio a ser o vice-presidente da chapa que elegeu Lula.

O debate interno dos possíveis ônus e bônus de uma ligação com partidos de centro e de direita ficou no passado, principalmente quando o PMDB, no final de 2003, veio a compor uma aliança vitoriosa até 2015. Evidentemente, houve atritos neste período entre as duas maiores legendas brasileiras, mas ainda assim ela foi a base de sustentação

---

2. datafolha.folha.uol.com.br, acesso em 13/05/2016.

da coalizão nos governos petistas.

A partir de 2015, com a queda da popularidade presidencial, o desgaste entre PMDB e PT ficou cada vez mais explícito, culminando com a saída do PMDB do governo em Convenção realizada em março de 2016. Tal rompimento foi fundamental para o prosseguimento da abertura do processo de impeachment, iniciado pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB). A partir de abril, os movimentos políticos, muito rápidos, reorganizaram o sistema partidário brasileiro, culminando com a aceitação pelo Plenário da Câmara do parecer da Comissão Especial do Impeachment em 17 de abril de 2016, e por um placar francamente desfavorável à presidente da República<sup>3</sup>.

O artigo busca encontrar, a partir de uma regressão logística, as variáveis capazes de prever o resultado da votação no Plenário e que teve como consequência a autorização para a instauração de impeachment contra a petista Dilma Rousseff.

As questões que seguem são: quais os fatores que levaram os deputados federais a aprovar o parecer? Como, em um período tão curto, partidos que eram base de sustentação no Congresso – inclusive com Ministérios – foram para a oposição? Quais as variáveis que ajudam a explicar tal comportamento? Será que os partidos políticos formaram forças suficientes para ser o único elemento explicativo? O que explica as defecções e os votos contrários da orientação da liderança? Tais perguntas serão o guia deste artigo.

---

3. O parecer que culmina com o impeachment da presidente foi alvo de longo debate jurídico no Brasil. Em resumo, segundo o relatório aprovado em plenário, a presidente teria realizado créditos suplementares no orçamento público sem a devida autorização do Legislativo. Além disso, o próprio Tribunal de Contas da União (TCU) se disse contrário a algumas operações financeiras realizadas pelo governo Dilma Rousseff. Apesar do grande debate acerca do crime de responsabilidade cometido ou não pela Presidência da República, não é nosso objetivo discutir o processo aqui.

O artigo está dividido em três partes: primeiramente, realizamos uma discussão acerca do sistema partidário e sua relação com o governo federal, mostrando como o institucionalismo possui um amplo leque explicativo de como se comportam os partidos e os deputados. Depois, a partir da votação do dia 17/04, realizaremos uma análise dos votos dos deputados por meio de uma análise quantitativa: o que explica o voto sim ao impeachment? Por fim, tecemos algumas conclusões.

## **Partidos, governos e ideologias no Brasil**

Há diversas interpretações do chamado presidencialismo de coalizão (Abranches, 1988). Em sentido clássico, nossa estrutura social heterogênea incentiva a uma fragmentação de partidos políticos (SANTOS, 2007), gerando uma necessidade de articulação que envolve a formação de governos a partir de gabinetes ministeriais. Tais gabinetes envolvem tanto a questão partidária como a regional (ABRANCHES, 1988). Do ponto de vista ministerial, todos os partidos políticos, desde a redemocratização, realizaram governos de coalizões (AMORIM NETO, 2007; MENGUELLO, 1998). Até mesmo Collor realizou um governo de coalizão, ainda que minoritário (SALLUM JR, 2015).

A heterogeneidade dos partidos políticos também ocorre em nível ideológico. O debate sobre ideologias partidárias abrange um conjunto amplo de estudos na ciência política, desde aqueles mais vinculados à sociologia política àqueles mais vinculados à escolha racional (LIPSET; ROKKAN, 1967; DUVERGER, 1970; BARTOLINI, 2000; DOWNS, 1999). Nas últimas décadas, tornou-se comum analisar os partidos sobre outra ótica, já que a sua presença ideológica,

em diversos campos (políticas públicas, eleições, recrutamento, bases sociais, recursos financeiros, coligações, coalizões) se tornou mais tênue, criando um universo de significados na literatura internacional – *catch-all*, profissionais-eleitorais, democracia do público, cartéis, entre outros (KIRCHHEIMER, 1966; MANIN, 1995; KATZ E MAIR, 1997; MAIR, 2003; GUNTHER E DIAMOND, 2003; PANE-BIANCO, 2005).

No caso brasileiro, apesar de toda a consideração sobre a atenuação ideológica partidária na literatura internacional, existem bastante indícios de que os partidos políticos ainda preservam algum conteúdo programático. Com diferentes metodologias, desde a redemocratização, mostraram-se linhas ideológicas distintas entre os partidos políticos (SINGER, 2000; MAINWARING, MENEGUELLO e POWER, 2000; MARTINS RODRIGUES, 2002; KINZO, 2005; CARREIRÃO, 2007; AVELAR e WALTER, 2008; AMARAL, 2011). Além disso, a classificação ideológica das legendas tem sido coerente, como mostra Tarouco e Madeira (2015) com a aplicação de *surveys* entre especialistas.

É imperioso perceber a diferença entre partidos políticos e coalizões de governo em relação à ideologia. No Brasil, devido à fragmentação partidária, é quase impossível a existência de governos unipartidários. Em geral, as coalizões são bem extensas. Assim, em uma escala ideológica, alguns governos com partidos mais próximos da esquerda ou da direita precisam formar coalizões com partidos mais ao centro, alterando a própria percepção ideológica do partido que comanda o Executivo. No caso dos governos petistas, segundo alguns *surveys* aplicados no país, isto se tornou claro (PAIVA, BRAGA, PIMENTEL JR, 2007; VEIGA, 2007; RANULFO E NUNES, 2009; REBELLO, 2012).

Além da questão ideológica, o sucesso ou insucesso de um governo no quesito governabilidade tem várias “causas” segundo a literatura. De maneira genérica, temos dois eixos no qual a literatura se debruça: concentração/dispersão do poder decisório e governabilidade/ingovernabilidade (PALERMO, 2000). Não obstante existir bastante oscilação quanto ao apoio obtido pelos governos, é inegável que na grande maioria dos anos, desde 1985, houve governabilidade.

Grande parte deste sucesso se deve à herança institucional do regime militar que ampliou bastante as prerrogativas do Executivo – como mostram os pesquisadores que interpretam existir uma visível concentração de poder decisório no país. Assim, inúmeros autores se debruçaram sobre o efeito de medidas provisórias, vetos parciais, regime de urgência, comissões, Colégio de Líderes, emendas orçamentárias, controle orçamentário, nomeação ministerial e de administração indireta para explicar como o presidente da República negociava com o Legislativo (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999; MAINWARING, 2001; AMES, 2003, CARVALHO, 2003; SANTOS, 2006; PEREIRA e MUELLER, 2003; DINIZ, 2005; AMORIM NETO, 2007). Quando reunidas todas as iniciativas do Executivo e Legislativo entre 1995 e 2006, 85,5% foram oriundas do Executivo e apenas 14,5% do Legislativo (MOISÉS, 2011).

As taxas de governismo, isto é, aqueles deputados que seguem a orientação do líder do governo, são consideravelmente altas para os partidos de coalizão (86,6%) entre 1995 e 2006. Já no caso de deputados da oposição, 45,9% seguem a orientação do líder do governo na Câmara (Moisés, 2011). Ao utilizar dados do Basômetro, Peres (2014) mostra a alta taxa de governismo ao longo dos governos petistas (77%) na Câmara dos Deputados<sup>4</sup>. Quando consideramos so-

---

4. Os dados vão até 2012.

mente os partidos que formavam a base de sustentação (na maior parte do tempo) ao longo dos governos petistas, como PT, PC do B, PSB, PDT, PMDB, PTB e PP a taxa é sempre superior a 84%, sendo PT e PC do B os mais fiéis, com valores acima de 94% (CARVALHO e FIGUEIREDO FILHO, 2014).

Não obstante o governismo, existem críticas metodológicas que devem ser observadas quando se analisam votações nominais na Câmara. A primeira crítica é a de Ames (2003), na qual afirma que muitas das proposições do Executivo não vão à votação em plenário por não existir consenso prévio entre as lideranças partidárias. Além disso, dentro do universo das votações nominais consideradas, devem ser excluídas aquelas quase consensuais (com mais de 90% de votos), algo que não é feito pelo Basômetro. Ainda assim, a interpretação corrente da ciência política é que continua sendo difícil o governo ser derrotado nas votações nominais do Congresso Nacional (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999; MOISÉS, 2011).

Analisando os dados do Basômetro<sup>5</sup>, a taxa de governismo no segundo mandato do governo Dilma (de 01/2015 até 04/2016) apresenta oscilações entre os principais partidos da base aliada (PMDB, PTB, PDT, PRB, PP, PSD, PR). Todavia, comparativamente ao primeiro mandato, no segundo, a taxa de apoio caiu, indo para 66% em toda a Câmara. No caso de partidos aliados, este número sobe para 78%. Contudo, como mencionamos anteriormente, a interpretação sobre a votação nominal na Câmara dos Deputados depende de uma série de discussões metodológicas. No ano de 2016, apesar dos dados não indicarem com tanta nitidez, houve perda de apoio da presidente em algumas votações. Sendo que o debate sobre a paralisia decisória do governo tomava o país.

---

5. [estadaodados.com](http://estadaodados.com) acesso em 16/05/2016.

Possivelmente, a perda de apoio do governo pode ser medida, paradoxalmente, pelo aumento do apoio nominal médio, que atinge 73% em 2016 contra 63% em 2015 segundo o Basômetro. Há um visível aumento de votos com o governo por parte de DEM e PSDB. Como explicar tal fenômeno? A falta de inclusão do critério metodológico que retira da votação políticas consensuais (mais de 90% dos parlamentares votando em conjunto) prejudica a análise das votações nominais (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999). Desta forma, analisando os dados do Basômetro em 2015, houve 214 votações, nas quais 84 deputados votaram com o governo em 90% ou mais das votações, do lado contrário, 466 deputados votaram em menos de 90% com o Executivo<sup>6</sup>. Já em 2016, houve apenas 31 votações até o final de abril, sendo que 168 deputados votaram com o governo em 90% das votações ou mais e 362 menos de 90%. Isto demonstra uma clara perda de apoio nominal na Câmara, já que as poucas votações efetuadas tiveram pouco teor de conflito.

A questão que se coloca na seguinte seção é: os partidos políticos realmente fizeram a diferença na votação do impedimento da presidente? Se os partidos políticos não forem os únicos preditores, quais seriam as variáveis a serem consideradas? Como as diferentes regiões do país se posicionaram em relação ao parecer? Será que os blocos ideológicos funcionaram como filtros ao processo de impedimento, com um claro viés de centro-direita no afastamento da presidente?

## Justificativa do modelo

Optamos, em nosso modelo, por utilizar uma Regressão Logística com uma variável de saída categórica dicotômica (dependente) e va-

---

6. Há a inclusão de suplentes, por isso, a votação excede 513 deputados.



riáveis preditivas (independentes) contínuas ou categóricas. Quando a variável dependente é dicotômica (como sim/não), não se admite o uso de regressão linear. Optamos, por isso, por uma transformação logarítmica e procedemos – RLog – para analisar o grau preditivo das variáveis independentes.

Em nossa regressão logística, a variável dependente está disposta em categorias (SIM e NÃO). A resposta, na regressão logística, é expressa através de uma probabilidade de ocorrência. A análise dos dados tem como objetivo estabelecer relações entre o voto dos deputados federais na votação em Plenário do parecer de impedimento da Presidente da República (medido pelo voto “sim” em que 1 indica “voto favorável ao parecer” e 0 indica “voto contrário ao parecer”) e uma série de variáveis agrupadas em: eleitorais relativas a 2014, político-eleitorais e geográficas.

Nesse contexto, vamos investigar os dados para tentar dar resposta à seguinte questão de investigação:

*Quais variáveis independentes são preditivas/explicativas do resultado favorável à admissibilidade da denúncia de impeachment contra a Presidente da República na Câmara dos Deputados?*

Buscamos encontrar as variáveis independentes que incidiram sobre o resultado favorável à admissibilidade da denúncia de impeachment contra a presidente na Câmara dos Deputados. Ou seja, quais fatores contribuíram para que o quórum de dois terços tenha sido alcançado.

Nesse sentido, os 511 deputados que votaram na sessão da Câmara foram classificados em uma variável de tipo binária em que “1” remete a um voto favorável ao impeachment (voto SIM) enquanto que “0” representa tanto um voto contrário à admissão da denúncia quanto à abstenção declarada pelo parlamentar (voto NÃO). Ressalte-

se aqui que a abstenção funcionava como um voto contra o impeachment, posto que operaria como redutor para que o mínimo de votos necessários fosse alcançado (342 votos) – ou seja, o comportamento absenteísta configuraria, na prática, um voto NÃO.

Para operacionalizar nosso modelo de regressão logística, foram construídas algumas variáveis independentes. Essas variáveis, que totalizam sete, foram classificadas e agrupadas em três tipos: eleitorais relativas a 2014, político-eleitorais e geográficas. Essas variáveis, que presumimos possuir algum grau de predição/explicação sobre o voto a favor do impeachment são as seguintes:

*Variáveis eleitorais*

- Governador aliado – Durante o processo de impeachment da presidente da República, alguns poucos governadores estaduais exibiram um comportamento militante a favor de Dilma Rousseff. Este grupo restringiu-se basicamente a estados da região Nordeste do país como Bahia, Ceará, Maranhão e Piauí e a Minas Gerais. Estas unidades federativas eram governadas por PT, PDT e PCdoB, partidos que permaneceram alinhados contra a abertura do processo de impeachment. Nos momentos anteriores à votação em Plenário, esses governadores publicamente faziam campanha contra a abertura do processo. Assim, procura-se saber se os governadores exerceram influência sobre as bancadas federais de seus estados, no sentido de barrar o impedimento da presidente, incidindo sobre o resultado da votação. Esta variável vai ao encontro da ideia de que os governos estaduais possuem capacidade de influenciar bancadas de deputados federais (ABRUCIO, 1998).
- Partido coligado – Nesta variável, os partidos políticos com representação na Câmara dos Deputados foram classificados

como pertencentes ou não à coligação da candidata Dilma Rousseff nas eleições de 2014. A petista conseguiu reunir, ao todo, o apoio de nove agremiações – PT, PMDB, PDT, PC do B, PP, PR, PSD, PROS e PRB. Nosso modelo de regressão busca saber se o fato de um deputado pertencer a um partido da coligação eleitoral da presidente impactou para o voto favorável ou contrário ao impeachment.

### *Variáveis político-partidárias*

- Orientação do líder – Esta variável é um dos preditores de voto parlamentar mais bem aceitas na literatura internacional. Geralmente, é a partir dela que se identifica partidos mais ou menos disciplinados. No caso brasileiro, existem visões distintas, mas a interpretação majoritária continua sendo de que os partidos políticos são disciplinados (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999). No caso deste artigo, observou-se se o líder partidário indicava “sim ou não” ao voto da admissibilidade pelo impeachment.
- Posição ideológica – Os parlamentares que compõem a Câmara foram classificados segundo o posicionamento ideológico de suas legendas em três grupos, a saber: a) partidos de esquerda (PT, PDT, PPS, PCdoB, PV, PSOL e REDE); b) partidos de centro (PMDB e PSDB); c) partidos de direita (PP, PSD, PR, PTB, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PEN, PSL, DEM e PTdoB). Pressupõe-se que o pertencimento de um deputado ao bloco que não o da esquerda (direita ou centro) influenciará em sua decisão sobre o impeachment. Esta variável vai ao encontro de algumas análises que mostram a importância da ideologia para os partidos políticos (TAROUCO e MADEIRA, 2015).

- Bancada evangélica – Composta por 198 deputados federais das mais diversas denominações, a bancada evangélica é um dos grupos mais influentes dentro da Câmara dos Deputados. Seu perfil é notavelmente conservador em termos morais, e seus membros pertencem a partidos, muitas vezes, ideologicamente distintos. Espera-se que o pertencimento de um parlamentar à bancada influencie em seu voto na abertura do impeachment de Dilma Rousseff em função da natureza conservadora, ou dita de direita, do grupo.

#### *Variáveis geográficas*

- Parlamentar do Sudeste – A região composta por quatro estados compreende uma bancada de 179 parlamentares, o que perfaz 35% do total da composição da Câmara dos Deputados. Ao longo dos anos do PT na Presidência, criou-se um debate acerca de quais regiões seriam mais difíceis para o partido obter apoio popular. Algumas análises indicam que a região Sudeste, por ter unidades da federação com maior desenvolvimento econômico e com maior urbanização, poderia implicar uma dificuldade maior ao PT. Isto foi ainda mais salientado em função dos governos do PSDB, seu maior opositor, terem dominado boa parte das eleições aos governos estaduais nos últimos 20 anos em Minas Gerais e, principalmente, em São Paulo.
- Parlamentar do Nordeste – De todas as regiões brasileiras, a região nordestina é aquela com a imagem de maior apoiadora dos governos petistas na Presidência. Em média, a região sempre apoiou mais o voto no PT do que em qualquer outro partido para o cargo de presidente.

Quadro 1. Resumo das variáveis do modelo

Eleitorais de 2014	Político-partidárias	Geográficas
(1) Governador aliado	(3) Orientação do líder	(6) Parlamentar do Sudeste
(2) Partido coligado	(4) Posicionamento ideológico: não pertencer ao bloco ideológico da esquerda	(7) Parlamentar do Nordeste
	(5) Bancada evangélica	

## Análise dos dados aplicados ao modelo

Tabela 1: Regressão Logística do Modelo

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1 <sup>a</sup>						
Frente evangélica	,986	,334	8,741	1	,003	2,681
Sudeste	,572	,398	2,070	1	,150	1,772
Nordeste	-1,286	,411	9,778	1	,002	,276
Orientação sim do líder	2,667	,391	46,607	1	,000	14,399
Coligação Dilma	-1,194	,372	10,299	1	,001	,303
Governador Aliado	-1,190	,349	11,605	1	,001	,304
Não Esquerda	1,835	,365	25,237	1	,000	6,263
Constante	-,692	,435	2,531	1	,112	,501

Fonte: dados elaborados pelos autores.

Operado o modelo de regressão logística (em anexo), os resultados indicam que a hipótese nula foi rejeitada, tanto pelo Teste de Wald, como pelo Teste da Verossimilhança. Ao listar a pontuação dos testes para as variáveis ainda não incluídas no modelo (supracitadas) apresenta que o voto SIM ao parecer está significativamente relacionado com a orientação pelo SIM do líder (Score do teste:  $X^2(1) = 209,79$   $p < 0,01$ ).

Ainda, a estatística qui-quadrado dos resíduos com 266,41, é significativa a ( $p < 0,01$ ), informando que os coeficientes para as variáveis que não estão no modelo são expressivamente diferentes de zero, ou seja, que a adição de uma ou mais destas variáveis ao modelo irá afetar substancialmente o seu modelo de previsão<sup>7</sup>.

De seu turno, o teste "Omnibus" do modelo do coeficiente contém o teste da razão de verossimilhança (LR) para avaliar o efeito dos fatores na variável dependente. Observa-se um efeito significativo dos fatores (teste LR:  $X^2(1) = 300,13$ ;  $p < 0,01$ ). Por sua vez, a tabela de classificação mostra que a introdução dos fatores aumenta o percentual de classificação da variável dependente em 86,7%.

Em verificação preliminar, temos que a regressão logística do modelo proposto, ao fornecer os resultados do teste de Wald para todas as variáveis incluídas no modelo, informa-nos que o coeficiente B para um dado fator difere significativamente de zero para quase todas as variáveis introduzidas (exceção feita à variável "Deputados da Região Sudeste"). Assim, podemos dizer que as demais variáveis independentes contribuem de modo significativo para a previsão da variável dependente. Temos, também, que o modelo proposto parece, salvo melhor juízo, explicar o resultado favorável à admissibilidade da denúncia de impeachment contra a Presidente da República, na Câmara dos Deputados, com aproximadamente 64% de certeza estatística.

Sem sombra de dúvida, a variável com maior importância estatística dentro do modelo proposto foi a orientação do líder partidário a favor do impeachment. Esse indicativo apresenta a maior contribuição ao modelo (Wald de 46,607), mostrando, ainda, que essa diretriz (voto SIM), partindo da liderança do partido na Câmara dos Deputa-

---

7. De outro lado, se o  $p$  fosse superior a 0,05, isto indicaria que nenhuma das variáveis excluídas do modelo contribuiria, de forma significativa, para o poder preditivo do modelo e, assim, a análise estaria condenada.

dos, aumenta muito expressivamente as chances do deputado também votar SIM. Entendemos que, dessa forma, fica evidente a coordenação e a disciplina partidária na votação do parecer do impedimento. Ou seja, os liderados seguiram suas lideranças. Ainda que seja somente uma única votação, quando a orientação da liderança foi pelo sim, 90% dos deputados seguiram a indicação. Do lado contrário, quando a indicação da liderança foi não, 76% o fizeram. Deste modo, a orientação da liderança, ainda que não seja um preditor perfeito, ainda é uma variável importante para compreender o comportamento parlamentar (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999).

Com score de Wald de 25,237, o pertencimento de determinado parlamentar aos partidos que não compõe a esquerda ideológica avança consideravelmente a chance de o voto ser favorável ao parecer do impeachment. No mesmo sentido, está a verificação de que a variável “membro da bancada evangélica” apresenta uma contribuição relevante (Wald de 8,741). Pertencer ao grupo organizado mais conservador da Câmara aumenta razoavelmente a chance de um deputado votar SIM ao parecer do pedido de admissibilidade do impeachment.

As considerações quanto ao bloco de centro e ao bloco da direita (“não esquerda”, em nossa estatística) e à bancada evangélica deixam transparecer algo muito mais profundo quanto aos governos de coalizão no Brasil. Desde que assumiu o poder, em 2003, o PT sempre debateu as vantagens e desvantagens de realizar uma coalizão heterogênea do ponto de vista ideológico. Boa parte da legenda sempre analisou sua “parceria” com o PMDB com muita cautela dado a distância ideológica e a falta de uma tradição de aliança com esta agremiação. Ainda assim, tal aliança, que começa no final de 2003, e termina em 2016, teve momentos com grande capacidade de diálogo e um efeito positivo sobre o nosso presidencialismo de coalizão (Santos, 2006).

No caso de parlamentares de partidos mais conservadores que o PMDB, a aliança era mais difícil ainda. Nitidamente, o PT é a legenda mais progressista em algumas dimensões e a bancada evangélica, ainda que difusa, encontra-se do outro lado neste espectro. Assim, em casos como direitos reprodutivos e homoafetivos, os parlamentares do PT e da bancada evangélica tenderão a se colocar em lados opostos. Todavia, os votos na Câmara dos Deputados não se destinam, exclusivamente, pela escala liberalismo/conservadorismo. Destarte, partidos como PP, PR e PTB quase sempre estiveram com o governo do PT ao longo da última década.

A interpretação dos custos e benefícios de se ter uma coalizão tão heterogênea do ponto de vista ideológico ainda não está fechada. No caso deste artigo, mostrou-se que aliados do PT à Presidência da República não tiveram dúvidas quanto ao “desembarque” do governo quando enfrentaram uma grande crise política. No caso específico do PMDB, 89% dos deputados votaram pelo impeachment.

Do outro lado do espectro decisório, entre aqueles que votaram não, o modelo nos permitiu uma boa verificação das variáveis independentes que afetam negativamente a variável dependente (probabilidade do voto SIM ao parecer de admissibilidade do impeachment). Com contribuição bastante significativa ao modelo (Wald de 9,778), percebeu-se que parlamentares eleitos pela região Nordeste tiveram reduzidas suas chances de votar SIM. Apresentando contribuição próxima ao modelo, observamos que o fato de um estado da federação contar com um governador aliado à Presidência (PT, PDT ou PCdoB) impunha uma diminuição de deputados desses estados federativos que votaram a favor do impeachment. Ou seja, tais governadores exerceram influência sobre os votos das bancadas dos estados na Câmara (Wald 11,605).



Outro fator importante na explicação da variável dependente, pelo lado da adesão negativa, está nos deputados de partidos coligados na chapa presidencial de 2014 que reduziram suas chances de votar a favor do impeachment. Ocorreu, portanto, certa resistência ao impeachment entre os partidos que venceram a eleição com Dilma, mesmo com a inclusão do PMDB neste rol, o que vem bem marcado no modelo com um score de Wald de 10, 299.

É interessante notar como ser um parlamentar de esquerda não representou, necessariamente, um fator de ajuda ao governo Dilma. Com exceção do PC do B, PT e do PSOL, que votaram integralmente pelo não, PDT, com 68% e PSB, com somente 10%, votaram pelo não. Olhando-se retrospectivamente, caso o PSB tivesse adotado a mesma postura do PC do B, sua bancada de 32 deputados poderia ter feito muita diferença quanto ao resultado, já que o voto sim obteve 25 votos a mais do que os 342 votos necessários. Dado que a centro-direita votou em peso pelo processo de impedimento, uma atenção maior ao PSB e PDT, desde 2015, poderia ser sido fundamental à homogeneidade do bloco de esquerda, dificultando a derrota da presidente.

## Considerações finais

Este artigo teve o objetivo de tão somente analisar o processo de impedimento da presidente na Câmara dos Deputados. Segundo a ciência política, algumas dimensões são extremamente relevantes para predizer como os nossos deputados se comportam em plenários. Procuramos, a partir de um breve diálogo com esta literatura, indicar como tais dimensões atuaram na votação do impeachment na Câmara. Deste modo, realizamos um modelo de explicação e utilizamos uma regressão logística. Assim sendo, chegamos a algumas conclusões.

Primeiramente, a variável orientação da liderança teve o maior efeito preditivo entre todas. Ainda que seja uma única votação, a variável mais importante foi o partido político. Com exceção de poucos casos, parece que quando a organização partidária “fechou” questão quanto à admissibilidade do impedimento, foram poucas as vozes discordantes dos parlamentares. Em alguns casos, como PT, PC do B, PSDB e DEM, houve total disciplina.

Outro ponto merecedor de destaque foi o fator ideologia. Ainda que pertencer a uma agremiação de esquerda não tenha sido um elemento definidor, pertencer a um partido de centro-direita foi uma variável explicativa chave para compreender o processo de impedimento. Talvez o receio do governo Dilma de implementar por completo uma agenda mais liberal (como as reformas da Previdência e políticas de austeridade) tenha influenciado neste processo. Contudo, por outro lado, algumas políticas públicas e acenos a uma agenda de não esquerda, como a votação que alterou as regras para o seguro-desemprego e a nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, podem ter causado certo desconforto em partidos como o PSB.

Uma afirmação que tem sido corrente na literatura de ciência política deve ser vista à luz do impeachment. Concluir que o Poder Executivo possui ampla preponderância sobre o processo político requer maiores cuidados. A bibliografia brasileira estava sendo cada vez mais enfática ao “desconstruir” as críticas dos “brasilianistas” quanto à imaturidade das instituições democráticas brasileiras. Insistimos, por exemplo, que o presidencialismo é muito similar ao parlamentarismo, mesmo sabendo que em momentos de crise política, o parlamentarismo tem se mostrado mais duradouro (CHEIBUB; PRZEWORSKI; SAIEG, 2002). Em outro diapasão, a crítica a um multipartidarismo combinado com presidencialismo (MAINWARING, 1993)

também foi deixada de lado. O fato é que hoje nenhum cientista político ou analista consegue responder satisfatoriamente se a democracia está consolidada no país. Mister reencontramos instituições políticas mais sólidas capazes de dar conta de elites erráticas, que ameaçam o jogo democrático para satisfazer suas necessidades de poder.

## Referências

ABRANCHES, Sérgio. “Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro”. *Dados*, n. 31, 1988, p. 5-34.

ABRUCIO, Fernando. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: USP, 1998.

AMARAL, Oswaldo. Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. *Opinião Pública*, v. 17, n. 1, 2011, p. 1-44.

AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

AMORIM NETO, Octávio. O Poder Executivo: centro de gravidade do sistema político brasileiro. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio. *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo, UNESP, 2007.

AVELAR, Lúcia; WALTER, Maria Inez. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 1, 2008, p. 96-122.

BARTOLINI, Stefano. *The political mobilization of the european left, 1860-1980: the class cleavage*. Cambridge University Press, 2000.

CARVALHO, Ermani; FIGUEIREDO FILHO, D. Entre Hermes e Themis: a oposição e suas estratégias no presidencialismo de coalizão. In: DANTAS, Humberto; ROBERTO DE TOLEDO, José; TEIXEIRA, Marco Antonio. (Orgs.). *Análise Política e Jornalismo de Dados: ensaios a partir do Basômetro*. São Paulo: FGV, 2014, v. 01, p. 97-122.

CARVALHO, Nelson. *E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CARREIRÃO, Yan. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição pre-

sidencial de 2006, *Opinião Pública*, Campinas, v. 13, n. 2, 2007, p. 307-339.

CHEIBUB, José Antonio; PRZEWORSKI, Adam; SAIEGH, Sebastian. Governos de Coalizão nas Democracias Presidencialistas e Parlamentaristas. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, 2002, p. 187-218.

DINIZ, Simone. Interações Entre os Poderes Executivo e Legislativo no Processo Decisório: Avaliando Sucesso e Fracasso Presidencial. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, 2005, p. 333-369.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Editora da USP, 1999 [1956].

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

GUNTHER, Richard; DIAMOND, Larry. Species of Political Parties: a New Typology. *Party Politics*, v. 9, n. 2, 2003, p. 167-199.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. Party Organization, Party Democracy, and the Emergence of the Cartel Party. In: MAIR, Peter. *Party System Change*. Clarendon Press Oxford, 1997.

KINZO, Maria. Os Partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 57, 2005, p. 65 -81.

KINZO, Maria. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.

KIRCHHEIMER, Otto. The Transformation of the Western European Party Systems. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. *Political Parties and Political Development*. New Jersey: Princeton University Press, 1966.

KRAUSE, Silvana; GODOI, Paulo. Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006): padrões e tendências. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. São Paulo, editora da UNESP, 2010.

LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Editora Brasiliense,

1986.

LIPSET, Seymour; ROKKAN, Stein. Cleavage structures, party systems, and voter alignments: an introduction. In: LIPSET, Seymour; ROKKAN, Stein. *Party Systems and voter alignments: cross-national perspectives*. New York: Free Press, 1967.

MAINWARING, Scott. *Sistemas Partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timothy. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

MAINWARING, Scott. Presidentialism, Multipartidarism, and Democracy: the difficult combination. *Comparative Political Studies*, Thousand Oaks, v. 26, n. 2, 1993, p. 198-228.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 29, 1995, p. 5-34.

MAIR, Peter. Os partidos políticos e a democracia. *Análise Social*, v. 28, n. 167, 2003, p. 277-293.

MARTINS RODRIGUES, Leôncio. *Partidos, Ideologia e Composição Social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MOISÉS, José Álvaro. O Desempenho do Congresso Nacional no Presidencialismo de Coalizão (1995/2006). In: MOISÉS, José Álvaro. (Org.). *O Papel do Congresso Nacional no Presidencialismo de Coalizão*. São Paulo e Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas/USP e Fundação Konrad Adenauer, 2011, v. 1, p. 7-28.

PAIVA, Denise; BRAGA, Maria. PIMENTEL JR., Jairo. Eleitorado e partidos políticos no Brasil. *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, 2007, p. 388-408.

PALERMO, Vicente. Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo. *Dados*, v. 43, n. 3, 2000, p. 521-557.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos Fracos na Arena Eleitoral e Partidos Fortes na Arena Legislativa no Brasil: Conexão Eleitoral no Brasil. *Dados*, v. 45, 2003, p. 265-302.

PERES, Paulo. O Governismo na Política Brasileira. In: Humberto Dantas; José Roberto de Toledo; Marco Antônio Carvalho Teixeira. (Org.). *Análise Política e Jornalismo de Dados: ensaios a partir do Basômetro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, v., p. 37-56.

RANULFO, Carlos; NUNES, Felipe. Ideologia e distância de preferências: uma comparação dos governos Lagos e Nunes. In: RENNÓ, Lúcio; INACIO, Magna (Orgs.). *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

REBELLO, Maurício. Ideologias partidárias no governo Lula: a percepção do eleitor. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, v. 12, n. 2, 2012, p. 298-320.

RIBEIRO, Pedro. Robert Michels e a oligarquia do Partido dos Trabalhadores. *Teoria & Pesquisa*, v. 18, 2009, p. 119-150.

SALLUM Jr, Brasílio. *O impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise*. São Paulo: editora 34, 2015.

SAMUELS, David. A Evolução do Petismo. *Opinião Pública*, v. 14, 2008, p. 302.

SANTOS, Fabiano. Em defesa do presidencialismo de coalizão. In: SOARES, Gláucio; RENNÓ, Lúcio. (Orgs.). *Reforma política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

SANTOS, Wanderley. *Governabilidade e democracia natural*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.

TAROUCO, Gabriela; MADEIRA, Rafael M. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. *Civitas: Revista de Ciências Sociais* (Impresso), v. 15, p. 24-39, 2015.

VEIGA, Luciana. Os partidos políticos na perspectiva dos eleitores: mudan-

ças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. *Opinião Pública*, v. 13, 2007, p. 340-365.

**Resumo:**

O presente artigo se propõe a analisar a votação da Câmara dos Deputados que autorizou o processo de abertura de impeachment da presidente Dilma em abril de 2016. A partir de um conjunto de variáveis, realizamos um modelo de regressão logística para averiguar quais delas tiveram efeito para que os deputados votassem sim pelo processo de impedimento. Os resultados indicam que o fator partido político por meio da orientação da liderança, pertencer ao campo da centro-direita e pertencer à bancada evangélica explicam em grande parte a adesão do voto sim. Pelo lado contrário, ser de um estado cujo governador era aliado da presidente e ser de um partido que esteve na coligação presidencial vitoriosa em 2014 estiveram associados negativamente ao voto pelo impedimento. Deste modo, conclui-se que algumas instituições importaram de maneira decisiva ao determinar o fim do mandato da presidente Dilma.

**Palavras-chave:** impeachment; relação executivo e legislativo; disciplina partidária; Governo Dilma



**Abstract:**

The present article proposes to analyze the vote of the Chamber of Deputies that authorized the process of opening impeachment of President Dilma in April 2016. From a set of variables, we performed a logistic regression model to find out which of them had effect so that the deputies voted yes by the process of impediment. The results indicate that the political party factor through the orientation of the leadership, belonging to the center-right field and belonging to the evangelical group explain in large part the adhesion of the yes vote. On the other hand, being of a state whose governor was ally of the president and being of a party that was in the victorious presidential coalition in 2014 were negatively associated to the vote by the impediment. Thus, it is concluded that some institutions imported decisively in determining the end of President Dilma's term.

**Keywords:** impeachment; executive and legislative relations; party discipline; Dilma administration

Recebido para publicação em 18/09/2017.

Aceito em 19/08/2018.